

Mídia destaca loteamento político na Codesa

Assim como o Suport-ES tem feito em seus boletins Acontece no Cais, os jornais do Estado e também os sites de notícias têm dado destaque ao loteamento político na Codesa, ou seja, cargos de chefia têm sido definidos por partidos políticos, deixando de lado o perfil técnico e profissional que as companhias docas precisam. Só nesta quinta-feira, dia 7, dois sites publicaram as articulações das siglas na Codesa e na Companhia de Docas do Rio de Janeiro, num momento em que o PMBD anuncia seu desembarque do governo, mas que, na verdade, continua com os desmandos dentro de órgãos públicos.

O Suport-ES vai continuar defendendo a ideia de que é inaceitável que cargos virem moeda de troca em prol de interesses pessoais de certos políticos e outros interessados em conseguir vantagens através do loteamento da coisa pública.

Veja abaixo as notícias publicadas no Século Diário e no site do Sindicato dos Trabalhadores Administrativos em Capatazia, nos Terminais Privativos e Retroportuários e na Administração em Geral dos Serviços Portuários do Estado de São Paulo (Sindaport).



Resumo do resumo

Manaira Medeiros 07/04/2016 às 17:13 <http://seculodiario.com.br/28109/14/resumo-do-resumo#>



Essa história da senadora Rose de Freitas (PMDB) e os cargos da Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa) está mal explicada. No jornal *A Gazeta* desta quinta-feira (7), dentro do contexto do desembarque do seu partido do governo Dilma, Rose diz que não tem mais ninguém da sua cota no órgão e, antes, só tinha um nome de diretoria. O mercado político, no entanto, aposta o contrário. A começar pelo irmão da senadora, Edward Freitas, que hoje coordena o setor de Suprimentos e Serviços (Coserv), mas já está na Codesa tem tempo, alternando cargos importantes. Até o mês passado, o então diretor-presidente, Graciano Ulisses Merlo (ainda é do Conselho de Administração), também era indicação atribuída a Rose e teria deixado o cargo com apenas dois meses, por desavenças com a senadora. O anterior a Graciano, Clovis Lascosque, igualmente era conhecido como da cota de Rose. Outros nomes que teriam ligação com ela são o atual diretor de Infraestrutura e Operações, Guilherme Magalhães, a diretora de Planejamento, Mayhara Monteiro Pereira Chaves, e o diretor de Tecnologia e Informação, Ricardo Saiter Mota. Apesar do contexto dos cargos encontrar eco nos bastidores, principalmente após o início do governo Dilma, Rose jura que não tem nada ver com o loteamento político da Codesa, já criticado diversas vezes pelo sindicato da área. Mas, diante dessa listinha, no mínimo, no mínimo, a senadora é ótima de síntese – essa conta está difícil de fechar - ou de esquivar!

Detalhe

O atual cargo do irmão de Rose está vinculado à diretoria de Administração e Finanças da Codesa, entregue ao ex-deputado estadual Roberto Carlos, do PT, como prometido após o papel desempenhado por ele na disputa ao governo, de auxiliar do governador Paulo Hartung (PMDB). No bom português, "laranja".

Segue...

A propósito, muitos nomes dessa lista foram divulgados no final do ano passado pela *Agência Congresso*. Na época, Rose não negou nada. É que agora o clima está quente.

Mais

Fora da Codesa, Rose teria indicação também na Fundação Nacional de Saúde (Funasa), com o superintendente estadual, Nilton Jose de Andrade. Pela matéria de *A Gazeta*, ela só assume esse cargo.

Todo mundo?

Em meio à polêmica, o presidente do PMDB no Estado, deputado federal Lelo Coimbra, oficiou a presidente Dilma nesta quinta-feira (7) para informar da posição de colocar à disposição todas as cadeiras de indicação de membros do partido. Quero ver como faz com esses cargos que são apontados como indicação, mas os políticos juram que não.

Sem saída

Notícias da Rádio Corredor do Tribunal de Contas do Estado (TCE) dão conta de que o deputado estadual Edson Magalhães, agora no PSD, esteve por lá nessa quarta-feira (6), acompanhado do também deputado e correligionário Enivaldo dos Anjos. Circularam pelos gabinetes, conversa aqui, conversa acolá, mas não teve jeito. Magalhães deixou o prédio cabisbaixo.

Sem saída II

Desta vez, parece que caiu a ficha de Edson de que sua candidatura a prefeito em Guarapari foi pro brejo. Dizem que nem mesmo os recursos protelatórios que ele apresentou no Tribunal são capazes de reverter o cenário. Muito menos a mão de Hartung. Aliás, ao contrário do que o deputado espalha por Guarapari, o governador não teria mexido um dedo sequer para salvá-lo.

Quem vai?

O burburinho da vez em Colatina (noroeste do Estado) é o seminário do PSB do próximo dia 18. O evento contará com a presença do ex-governador Renato Casagrande, do ex-secretário de Saúde Tadeu Marino e do deputado federal Paulo Foletto. A expectativa é uma só: anúncio do candidato a prefeito pelo partido este ano.

Quem vai II?

Embora esconda o jogo político, Foletto tem a prioridade na fila para disputar. Já Tadeu avisou tem tempo: está à disposição do PSB, pronto para entrar na guerra eleitoral.

Lados diferentes

O capixaba Kauê Oliveira, presidente nacional da juventude do PP, encaminhou ao senador Ciro Nogueira uma carta de apoio da maioria dos presidentes estaduais da Juventude Progressista à decisão da Nacional de permanecer na base do governo Dilma. Posição é contrária ao que defende o presidente estadual da sigla, deputado federal Marcus Vicente, a favor do impeachment.

Circulando

O senador Ricardo Ferraço (PMDB) dá mais um "role" pelo Estado com seu projeto "Diálogos com o senador". Será nesta sexta-feira (8), às 19h30, na escola Nazareth (antigo CNEC), Domingos Martins (região serrana).

Nas redes

"O que está acontecendo com a educação no Espírito Santo desde o ano passado, com o governo estadual fechando escolas e turmas de norte a sul do estado, é um completo absurdo". (Ex-governador Renato Casagrande – PSB – no Facebook).

PENSAMENTO:

"Os interesses particulares fazem esquecer facilmente os interesses públicos". Montesquieu

07/04/2016 - 00h29

Sindicato vê irregularidade em nomeação de Superintendente do Porto de Itaguaí

Fonte: *Estadão Conteúdo*



Porto de Itaguaí (RJ)

O Sindicato dos Portuários do Rio de Janeiro questionou frente à Companhia de Docas do Rio de Janeiro (CDRJ) a nomeação do Superintendente do Porto de Itaguaí e Angra dos Reis, Shalon Charles da Silva Gomes. Em quatro cartas endereçadas à instituição, o presidente do sindicato Sérgio Giannetto, membro do Conselho de Administração de Docas, afirma que o superintendente não tem experiência na área portuária e, portanto, não cumpre os requisitos básicos do Plano de Cargos Comissionados da CDRJ. A última carta foi encaminhada na terça-feira, 29.

"Eu questionei insistentemente no Conselho de Administração da Companhia de Docas, denunciei em vários órgãos, Ministério Público. Há duas reuniões, no Conselho de Administração, eu disse que estávamos cometendo uma improbidade administrativa, porque estava onerando os cofres da Companhia de Docas do Rio de Janeiro, colocando uma pessoa que não era própria para aquela atividade", afirma Sérgio Giannetto. De acordo com a Companhia de Docas, Shalon Charles foi admitido em 17 de dezembro de 2015. Desde então, recebeu salários naquele mês e em janeiro e fevereiro deste ano. Respectivamente, os valores brutos de R\$ 19.442,88, R\$ 20.651,21 e R\$ 19.442,88, que somam R\$ 59.536,97.

O Porto de Itaguaí, segundo descrição de seu próprio site, é um dos principais polos de exportação de minério do País. "Destaca-se também pelos sucessivos incrementos registrados na movimentação de contêineres, demonstrando que o mesmo desfruta de notórias condições para assumir o papel de grande canal de escoamento da economia brasileira e principal porto concentrador de cargas do Mercosul", informa a página.

Giannetto afirma que um parecer jurídico, pedido pelo Conselho de Administração, avalizou a admissão de Shalon Charles. Segundo o presidente do Sindicato, o documento 'é totalmente sem nexos, justificando o injustificável'.

"Depois dessa turbulência nacional, com a chegada do PMDB na Companhia Docas, nos portos, está havendo um aparelhamento nunca visto antes. No tempo do Sarney teve algo parecido, que por acaso foi o PMDB também. Não tem o menor escrúpulo, eles quebram todas as regras", afirma.

Sérgio Giannetto sustenta que só se deve colocar comissionados em cargos de Superintendência, considerada atividade-fim portuária, caso não haja na empresa nenhum outro empregado de carreira que atenda aos pré-requisitos da Companhia de Docas. Caso o comissionado seja escolhido, ele deve, de acordo com o Plano de Cargos Comissionados, ter o tempo de experiência mínimo de 9 anos na área portuária, sendo 5 anos em posição de Liderança e Gestão. O nível de escolaridade estabelecido é 'formação superior completa na área de atuação e/ou superior completo em qualquer área, com especialização ou experiência comprovada na área portuária'.

"Ele não tem nenhum dos pré-requisitos indicados, tem alguma experiência com meio ambiente, como chefe de gabinete, com aduana, mas atividade portuária em si não tem nada. Aduana, por incrível que pareça, não tem nada a ver com atividade portuária, tem a ver com questão da alfândega, não é uma questão de movimentação de carga", sustenta Sérgio Giannetto. A Companhia de Docas sustenta que pelo Plano de Comissionados 'nas áreas fim, assim definidas no Regimento Interno da Companhia, os cargos comissionados serão providos, preferencialmente, por empregados da Companhia'. "O diretor da área pode indicar um nome externo. O cargo é de confiança", acrescenta Docas.

Currículo

Entre 10 de novembro de 2010 e 1º de fevereiro de 2011, Shalon Charles foi assessor parlamentar da deputada Waldeth Brasiel (PR) na Assembleia Legislativa do Rio. Em 30 de outubro de 2013, ele foi nomeado coordenador municipal de Defesa Civil pela Prefeitura de Areal, na época chefiada também por Waldeth Brasiel. No Executivo do município, Shalon Charles foi ainda secretário de governo da prefeita e exonerado do cargo em 3 de setembro de 2014.

A pedido da reportagem, a assessoria de imprensa da Companhia de Docas do Rio de Janeiro encaminhou o currículo do Superintendente Shalon Charles. Na declaração, não constam os trabalhos do superintendente na área política.

Segundo o documento, Shalon Charles da Silva Gomes é formado em Direito pela Faculdade Brasileira de Ciência Jurídicas, no Rio. Entre 2006 e 2013, Shalon Charles afirma ter trabalhado na ACLD Consultoria. A empresa, de acordo com o superintendente, fica na Avenida Presidente Vargas, no centro do Rio.

O currículo de Shalon Charles aponta ainda que o superintendente tem 'Noções na área de Convênios e outras formas de Cooperação Público-Privadas, Curso de Licitação e Contratos Administrativos, Curso de Direito Constitucional, Curso de Introdução de Direito do Consumidor, Código Brasileiro de Justiça Desportiva, Curso de Processo Legislativo'. O documento não especifica em quais instituições ele teria feito os cursos.

Entre os projetos desenvolvidos por Shalon Charles, destacados no documento, estão: Autoemancipação penal para crimes cometidos por menores adolescentes, orientados por adultos de facções criminosas, utilizando como pano de fundo o Estatuto da Criança e do Adolescente; Silêncio e cidadania e carteira de trabalho em braile; projetos para o Ministério do Trabalho e Emprego; Projeto de afirmação e da visibilidade negra; e projetos de seguro desemprego, alternativas viáveis, lona da cidade, entre outros.

A declaração é datada de 3 de novembro de 2015. Na parte final, em negrito, o currículo informa que Shalon Charles está 'atualmente cursando Pós-Graduação em Gestão de Transporte Marítimo e Portos na Universidade Mackenzie no Rio'. A primeira turma do curso de pós-graduação teve início em 19 de fevereiro de 2016.

"Ele começou a fazer agora", diz Sérgio Giannetto. "Apenas agora ele está cursando pós-graduação em transportes marítimos no Mackenzie-Rio, ou seja, acabou de iniciar os estudos na área e já está apto a exercer uma função de liderança em gestão."

A Companhia de Docas afirma que os indicados às funções de confiança, segundo o novo Plano de Cargos Comissionados e Funções de Confiança, implementado em 26 de agosto de 2015 tem até 24 meses após a aprovação do novo estatuto 'para preencher as lacunas de formação e/ou experiência profissional em relação aos requisitos mínimos exigidos pelo novo plano'.

A reportagem procurou o PMDB, o PR, o PRB e o deputado Roberto Sales (PRB-RJ) para se manifestarem sobre a nomeação de Shalon Charles. Nenhum deles retornou ao contato.

Defesa

Em nota, a Companhia de Docas afirmou que Shalon Charles da Silva Gomes "tem atributos técnicos para assumir o cargo de Superintendente do Porto de Itaguaí, conforme currículo". Ainda em nota, a companhia afirma que "Plano de Cargos Comissionados e Funções de Confiança - PCCFC, implementado em 26 de agosto de 2015, busca regulamentar o acesso aos cargos comissionados e funções de confiança na CDRJ, garantindo o atendimento das suas necessidades e a observância das boas práticas de mercado. Os indicados às funções de confiança, segundo o novo PCCFC, tem até 24 meses após a aprovação do novo plano pelo Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (DEST/MP), para preencher as lacunas de formação e/ou experiência profissional em relação aos requisitos mínimos exigidos pelo novo plano".

A Companhia ainda detalha a referência para o cargo de superintendente do Porto do Rio e de Itaguaí: "Superintendente de Porto - '9 anos de experiência na área portuária, sendo 5 anos em posição de Liderança e Gestão.' 'Formação superior completa na área de atuação e/ou superior completo em qualquer área, com especialização ou experiência comprovada na área portuária."

E completa, "No currículo do candidato é possível identificar que ele tem conhecimento jurídico, econômico, administrativo e vivência portuário de sete anos. Pelo novo PCCFC é observado neste caso, prazo de 24 meses, conforme citado, "para preenchimento de possíveis lacunas de formação e/ou experiência profissional exigidos pelo novo plano". Deve-se destacar que o candidato está cursando pós-graduação em Gestão do Transporte Marítimo e Portos na Válido acrescentar que o candidato adquiriu formação relacionada às atribuições inerentes ao cargo de superintendente de porto, como é o caso daquelas relativas ao controle da administração pública, responsabilidade fiscal, anticorrupção, acesso à informação, dentre Companhia Docas do Rio de Janeiro."

Em nota, a Presidência da República afirma que, "a nomeação para esses cargos é de responsabilidade das companhias docas. Dessa forma, os cargos em questão são de responsabilidade de Companhia Docas do Rio de Janeiro".